

## **Educação cooperativista e inovação social: o caso da Cooperativa de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Familiares - COOPDEF**

Cooperative education and social innovation: the case of Cooperativa de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Familiares – COOPDEF

### **Resumo**

Esse estudo tem como objetivo analisar como a educação e a formação cooperativista subsidiou o desenvolvimento de inovações sociais na Cooperativa de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Familiares (COOPDEF), com sede na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais. Optou-se pela observação direta, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas como técnicas de coleta de dados. Como resultados, cabe destacar que a educação e formação cooperativista permitiu a partilha de experiências e de expectativas dos envolvidos, fomentou espaços para a aprendizagem social e permitiu o desenvolvimento de competências necessárias à gestão do empreendimento de modo não tutorado.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; educação cooperativista; inovação social.

### **Abstract**

This study aims to analyze how cooperative education and training subsidized the development of social innovations in the Cooperativa de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Familiares (COOPDEF), headquartered in the city of Juiz de Fora, state of Minas Gerais. We opted for direct observation, documentary analysis and semi-structured interviews as data collection techniques. As results, it should be noted that cooperative education and training allowed the sharing of experiences and expectations of those involved, created space for social learning and allowed the development of skills necessary for the management of the enterprise in a non-tutored manner.

**Keywords:** Cooperativism, cooperative education, social innovation.

Naldeir dos Santos Vieira<sup>I</sup>, José Maria Ribeiro Neto<sup>II</sup>, Airton Cardoso Cançado<sup>III</sup>.

<sup>I</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Minas Gerais. naldeir.vieira@ufvjm.edu.br

<sup>II</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Minas Gerais. jmribneto@hotmail.com

<sup>III</sup> Universidade Federal do Tocantins – UFT. airtoncardoso@yahoo.com.br



## Introdução

O modelo convencional de inovação (desenvolvimento científico e inovações tecnológicas) se mostrou insuficiente para solucionar problemas sociais ligados à necessidade de melhoria da qualidade de vida da população como um todo. Moulaert et al. (2013) apontam que apesar de avanços na ciência e tecnologia, fatores como fome, pobreza, conflitos, prisão política, poluição, analfabetismo, opressão econômica, racismo, diferenças entre classes sociais, discriminação de gênero e alterações climáticas continuam atingindo a população. Não obstante, inúmeras ações desenvolvimentistas não só se mostraram ineficientes, como também aumentaram as desigualdades sociais e a degradação ambiental (DOWBOR, 2007).

O debate sobre a necessidade de revisão do modelo de crescimento econômico, especialmente no tocante ao desenvolvimento de inovações, se intensificou em razão da necessidade de lidar com a complexidade dos problemas supramencionados. Assim, além de considerarem a recuperação e a redução dos impactos ao meio ambiente, as inovações precisam estar direcionadas aos grupos que historicamente sofreram com o processo de marginalização do acesso a bens e serviços.

Este debate expõe as limitações da inovação tecnológica gerada e delimitadas por um viés de racionalidade instrumental em um contexto mercadológico voltado ao lucro. Não obstante, também aponta para a necessidade de relacionar a produção de tecnologia, ciência e inovação com as necessidades sociais e a apropriação de conhecimento científico por parte de diferentes atores sociais, sob o intuito de utilizá-lo na solução de adversidades, criando inovações sociais (BAUMGARTEN, 2008).

Assim, a inovação e a tecnologia devem ser entendidas sob a ótica do atendimento às necessidades humanas e o aproveitamento de suas potencialidades, tendo em vista as possibilidades para a inclusão social. Compreendendo que essa nova concepção “é o ponto de partida para a busca de mediações entre as instâncias de produção do conhecimento científico e a sociedade” (BAUMGARTEN, 2006 apud BAUMGARTEN, 2008, p. 107), a articulação de redes que aproximem a academia e a sociedade civil podem direcionar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia para a resolução de problemas inerentes à exclusão social e à baixa qualidade de vida de populações vulneráveis (DEFOURNY, 2009).

Dentro da estrutura dessas redes, as organizações de apoio buscam prestar ajuda, fomentando o desenvolvimento de outras organizações sociais por meio de suporte técnico e assessoria, especialmente às cooperativas populares, facilitando a educação e formação dos cooperados. Este é o caso da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (INTERCOOP), que assessorou por um período de cinco anos o processo de organização e gestão de uma cooperativa de pessoas com deficiência na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, a Cooperativa de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Familiares (COOPDEF).

Tal experiência atende aos critérios da inovação social (PHILLS Jr. et al., 2008; MOULAERT et al., 2013) por envolver pessoas vulneráveis em uma proposta participativa via gestão democrática e de novas formas de intervenção e de organização local, tendo em vistas a superação de dificuldades anteriormente não atendidas. Foi neste âmbito que, além da INTERCOOP, outros parceiros estratégicos buscaram implementar ações para a educação e formação cooperativista dos envolvidos, na busca por sustentabilidade, não apenas financeira, mas social do empreendimento.

Neste contexto, o artigo objetiva analisar como a educação e a formação cooperativista pode ter subsidiado o desenvolvimento de inovações sociais na COOPDEF. A escolha pelas práticas desenvolvidas pela cooperativa citada deu-se pela sua inserção na Zona da Mata Mineira, buscando um modelo de gestão voltado para a articulação de ações socialmente inovadoras, nomeadamente, para a integração de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Os dados empíricos foram obtidos por meio da observação direta, da análise documental e da realização de entrevistas semiestruturadas com informantes chave.

A relevância desse estudo está, principalmente, na possibilidade de termos um novo olhar sobre a educação cooperativa que, na maioria das vezes, é associada diretamente ao desenvolvimento de competências e ao engajamento dos cooperados, podendo possibilitar melhorias na eficiência e sustentabilidade do empreendimento (ALBUQUERQUE, 2003; SCHNEIDER, 2012; FERREIRA; SOUZA, 2019). No entanto, a perspectiva de que as cooperativas populares, para se tornarem experiências socialmente inovadoras, podem ser dependentes da qualidade do processo de educação cooperativista, ainda é uma questão pouco abordada.

## Cooperativismo e a educação cooperativa

Apresentando uma conceituação mais ampla, Namorado (2009) aponta que o cooperativismo é um termo que engloba, dentre outros significados, a dinâmica cooperativa como evolução histórica, o conjunto das cooperativas existentes e a doutrina cooperativa. Para Schneider (2012), a origem do cooperativismo deve ser creditada à junção do movimento operário com um movimento de ideias.

No plano de ideias, observa-se que a cooperação foi um tema presente em trabalhos de Platão, Thomas Morus e Bacon (BÚRIGO, 2006), ao passo que, os primeiros teóricos do cooperativismo foram influenciados pelas ideias de Peter Cornelius Plockboy e John Bellers. Estes autores foram primordiais para a formação do pensamento dos socialistas utópicos Robert Owen (grande influenciador ideológico dos pioneiros de Rochdale) e Charles Fourier, ao, pela primeira vez, sistematizarem os princípios cooperativos (OCEPAR, 2019).

A cooperação é uma forma de integração social em que pessoas se unem para alcançar objetivo comum (SILVEIRA, 2004), com uma organização voluntária de forças, em ações de auxílio e colaboração (BUENO, 2007). A cooperação, quando organizada, dá origem a grupos sociais, dentre estes as cooperativas que, de acordo com Aliança Cooperativa Internacional (ACI), são todas as associações de pessoas ou de sociedades que tenha por objetivo a melhoria econômica e social de seus membros por meio da exploração de uma empresa, baseada na ajuda mútua e nos Princípios Cooperativos (SCHNEIDER, 2012).

Adentrando ao campo da prática, tem-se que a cooperação, no formato de ajuda mútua, esteve presente ao longo de toda a história da humanidade, contudo, somente com a reação emancipadora do mundo operário e camponês à grave situação de exploração, durante primeira fase da Revolução Industrial, que foi possível conceber a cooperação de forma sistêmica (SCHNEIDER, 2012). Assim, em 1844, 28 tecelões fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, a primeira cooperativa moderna, que era uma cooperativa de consumo elaborada sob os princípios, que posteriormente viriam a configurar o núcleo doutrinário do cooperativismo (SINGER, 2013; CANÇADO; VIEIRA, 2013). Com o desenvolvimento e evolução do cooperativismo durante a modernidade, novos princípios foram identificados e coube à ACI a importante missão de, além de conservar e propagar os princípios essenciais do cooperativismo, adaptar os demais às circunstâncias mutáveis e às peculiaridades regionais. Isto posto, para a ACI, existem atualmente os princípios da adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; intercooperação; preocupação com a comunidade; e, educação, formação e informação (CANÇADO; GONTIJO, 2004; OCB, 2019).

O primeiro princípio do cooperativismo define que indivíduo é livre e consciente para associar-se, sem imposições legais ou pressões para tanto. A democracia, presente no segundo princípio, é o elemento responsável pela distinção entre a empresa cooperativa e a capitalista convencional. O terceiro princípio, de certa forma, é a fusão dos dois primeiros, pois, define que os cooperados concorrem equitativamente no custeio e controle do capital de sua cooperativa. O quarto princípio se caracteriza pela preservação do controle pelos membros, ainda que a cooperativa receba auxílio externo. A intercooperação está relacionada ao fortalecimento do movimento cooperativista, por meio trabalho conjunto entre cooperativas, desde o nível local ao internacional. A preocupação com a comunidade se caracteriza pela adoção de políticas de desenvolvimento sustentáveis e pela produção de artigos saudáveis (SCHNEIDER, 2012).

Por fim, o princípio da educação, formação e informação, um dos eixos centrais deste estudo, também é uma herança owenista. Ele “deriva da ideia de que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles” (SINGER, 2013, p. 42). Desde os primórdios do cooperativismo moderno, tinha-se a preocupação com a educação cooperativa, pois, entendia-se a importância do aprimoramento dos membros em temas sobre a gestão, vida e cidadania (MARTIN, 2005 apud FERREIRA; SOUZA, 2018). Tamanha é a relevância da educação cooperativista para o cooperativismo que Pinho (2003) a compara com uma cláusula pétrea (que é aquela indispensável por constituir-se como pilar básico de sustentação das garantias individuais e da própria estabilidade de uma nação. O VII Seminário de Tendências do Cooperativismo Contemporâneo (2008 apud FERREIRA; SOUZA, 2019), após debates entre os participantes, elaborou o conceito de educação cooperativista como um processo pedagógico (integral e contínuo de ensino e aprendizagem) voltado à formação da sociedade, dos sócios e dos empregados de cooperativas e de seus familiares, baseado nos princípios e valores do cooperativismo, fortalecendo a identidade e a sustentabilidade cooperativa e incentivando o ambiente e a cultura da cooperação. Para Sousa et al. (2014), a educação cooperativa tem como principal escopo o auxílio aos associados no aprendizado da cooperação, gestão e participação na cooperativa, bem como, a compreensão do seu papel dentro da organização.

Da perspectiva da OCB (2019), o princípio “educação, formação e informação” está relacionado ao comprometimento da cooperativa com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. A promoção da educação e a formação para seus membros e trabalhadores objetiva o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, do seu entorno, além de oferecer informações sobre a natureza e vantagens do cooperativismo. Segundo Schneider (2012) e Ferreira e Souza (2018), os indivíduos não nascem cooperadores, especialmente no contexto competitivo e individualista da nossa sociedade. Assim, a educação se mostra como mecanismo indispensável para que as cooperativas não sejam absorvidas pelo sistema socioeconômico tradicional, vez que, a formação permite alcançar uma melhor compreensão das peculiaridades da organização cooperativa, especialmente quanto aos seus princípios, valores e cultura baseada na cooperação e solidariedade.

A educação e formação cooperativista deve se atentar, ainda, para a dupla natureza das cooperativas, como associação e empresa de gestão coletiva. O aprimoramento tanto da gestão social como empresarial das cooperativas é de grande relevância para a conversação dos valores cooperativos e a manutenção da competitividade externa (FERREIRA; SOUZA, 2018). Dessa forma, ela perpassa pelo conhecimento da organização (HENDGES E SCHNEIDER, 2006), com o entendimento e assimilação da identidade e filosofia do empreendimento, para que, assim, “os cooperados possam entender melhor a realidade que lhes circunda, passando a ser promotores do seu próprio desenvolvimento e agentes de melhorias ou mesmo de transformação de suas realidades” (FERREIRA; SOUZA, 2019, p. 7). Albuquerque (2003) acrescenta que, no processo educativo, deve-se levar em conta as peculiaridades de cada cooperativa, identificando as finalidades sociais a serem reforçadas.

Por fim, no processo de formação educacional do cooperado deve-se ter em conta que ele irá desempenhar um triplo papel dentro da organização: usuário, investidor e dono. Com isso, não se pode aplicar uma metodologia voltada apenas para preparar um administrador ou gerente de cooperativa, mas sim, um processo de formação contínuo abrangendo diferentes conteúdos, possibilitando a introjeção dos ideais organizacionais, ao mesmo tempo em que se desenvolvem habilidades de gestão voltadas à melhoria da eficiência. Nesse sentido, Ferreira e Souza (2018, p. 775) apontam que:

os dirigentes, cooperados e funcionários precisam estar cientes de que se trata de um negócio que precisa ser eficientemente gerido, com estratégias de mercados adequadas, mas que não seja desconsiderada uma gestão social que valorize, acima de tudo, os cooperados e a sua participação na cooperativa, transformando essa relação cooperado-cooperativa numa verdadeira fonte de valor.

Somente com a junção entre o conhecimento técnico e a efetivação dos princípios cooperativos é que se constrói uma organização cooperativa viável do ponto de vista econômico e social. A educação cooperativista consiste em um dos pilares para o desenvolvimento e sobrevivência das cooperativas justamente por fornecer os elementos necessários para que os associados e demais

pessoas envolvidas com a organização possam desempenhar o seu papel de maneira adequada e satisfatória.

No caso das cooperativas populares, Cançado e Vieira (2013) apresentam algumas especificidades em relação às cooperativas tradicionais. Segundo os autores as cooperativas populares, como é o caso da COOPDEF, apresentam uma terceira dimensão, a dimensão política no sentido de inserção social e econômica por meio do empreendimento solidário. Outra característica marcante é a presença da autogestão como forma de tomada de decisão no empreendimento. Autogestão aqui entendida como a horizontalidade na tomada de decisão, onde pode haver representação, mas a hierarquia é estranha ao processo (CANÇADO, 2007; FARIA, 2011). Neste contexto, o processo de incubação é inerente às cooperativas populares. Esse processo de apoio é constituído por três etapas. A pré-incubação, incubação e pós-incubação (MOURA, 2014).

A pré-incubação consiste no processo de aproximação entre a incubadora, que de maneira geral é uma ação de extensão universitária (SILVA; BARBOSA; ALBUQUERQUE, 2013) e o grupo a ser incubado. Esse grupo, geralmente, não está constituído formalmente, mas, caminha nesse sentido no processo de incubação, de forma a poder comercializar formalmente seus produtos e/ou serviços. Estabelecido o vínculo, inicia-se o processo de incubação que geralmente consiste em trabalhar com e não para os integrantes do grupo (NUNES, 2006; CANÇADO, 2007). Neste ponto, o processo de incubação se diferencia de uma simples consultoria empresarial, pois ele é construído conjuntamente.

O processo de incubação é, comumente, organizado no formato de cursos e acompanhamento direto por meio das incubadoras universitárias (CANÇADO; GHIZONI, 2013). Nesse processo é extremamente relevante o equilíbrio entre a intervenção (apoio nos processos administrativos, educação cooperativista, captação de recursos, etc.) e a formação da autonomia do grupo. Sem que isso aconteça, o processo de incubação pode se tornar um processo de dependência (NUNES, 2006; CANÇADO; CARVALHO; PEREIRA, 2011).

O processo de pós-incubação, por sua vez, acontece a partir da maturidade do grupo. Segundo Moura (2014, p.13), “inaugura-se com o encaminhamento para uma maior autonomia do empreendimento, com uma ação de acompanhamento e apoio [...] assessorias pontuais e estímulo para sua inserção em redes e outros projetos sociais”. A COOPDEF ainda não chegou nesta etapa, como outros empreendimentos (SILVA; BARBOSA; ALBUQUERQUE, 2013).

## **Inovação Social**

O termo inovação, desde os anos 1930, no sentido Schumpeteriano remete fortemente à obtenção de valor econômico. No entanto, posteriormente passa a ter variadas significações em decorrências dos avanços dos estudos e diversificação das abordagens sobre esta temática. De modo geral, o termo inovação busca definir um processo que desencadeia a geração e a adoção de novas ideias, práticas e artefatos, o desenvolvimento de novos procedimentos, soluções, produtos e métodos de comercialização e a combinação entre criatividade e risco, cujos resultados alteram o setor econômico. Tradicionalmente, este entendimento esteve fortemente relacionado à inovação tecnológica. Ou seja, à introdução de um novo bem, ou de uma nova qualidade de um bem, e de um novo método de produção no ramo específico da indústria de transformação. No entanto, recentemente tem ganhado notoriedade novos conceitos como os de inovação organizacional ou administrativa, de mercado ou de marketing e de inovação social (BIGNETTI, 2011).

O afastamento do conceito de inovação social do conceito de inovação tecnológica resulta do fato de esta última incidir nos objetos/produtos, enquanto que a inovação social incide nos contextos (emprego, qualificação, segurança social e regiões). Contudo, tal separação não implica que a inovação social não possa aliar-se a inventos ou aplicações tecnológicas. Quanto mais completo for o projeto e diversificados os agentes nele envolvidos, maior será sua capacidade de promover mudança social em nível sistêmico. (DIOGO, 2010)

A palavra inovação é considerada por Parente et al. (2014) como originária do latim *innovare*. O radical *in* tem o significado de “em” e o radical *novus* tem o significado de “novo” ou “recente”. Deste modo, a junção desses dois radicais tem o significado de “tornar novo”. Na perspectiva de Frazão et al. (2015), o “novo” tem uma conotação específica quando o objeto de análise é a inovação social. A novidade não está relacionada à necessidade da inovação ser única ou original para todos os contextos, mas de ser percebida como nova para o território, setor ou área de atuação. Como uma segunda característica da inovação social, Frazão et al. (2015) destacam a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, ao ser mais eficaz ou mais eficiente do que as alternativas preexistentes. Baumgarten (2008) adiciona à esta lista de melhorias a necessidade de inovação de ser mais sustentável ou mais justa que outras alternativas. São consideradas como sustentáveis as ações voltadas para a preservação ou manutenção do meio ambiente e, como justas, as ações que buscam reduzir as desigualdades sociais.

Bignetti (2011) atribui a emergência da temática inovação social ao surgimento de cursos e programas de pesquisa, como no caso os das Universidades de Stanford, Harvard e Brown, nos Estados Unidos, do CRISES no Canadá, do The Business School for the World (INSEAD) na França, da Universidade de Cambridge na Inglaterra, e de iniciativas como o projeto Emerging User Demands for Sustainable Solutions (EMUDE), o Consumer Citizenship Network, o Creative Communities for Sustainable Lifestyles e o Innovation and Social Entrepreneurship in Social Services (ISESS), na Europa. Parente, Marcos e Diogo (2014) destacam o pioneirismo da organização norte-americana Ashoka, fundada por Bill Drayton, em 1980, marcando a introdução do conceito de inovação no contexto da intervenção social. A iniciativa buscava distinguir e apoiar empreendedores que revolucionavam os “padrões de produção” da área social, no sentido schumpeteriano, resultando em mudança social sistêmica. Destacam, também, outras experiências norte americanas, como a Echoing Green (1987) e a Skoll Foundation (1999), e europeias, como a Schwab Foundation (1998), que também passaram a reconhecer os indivíduos que se destacavam no desenvolvimento de novas e melhores formas de responder aos problemas ou necessidades sociais, financiando-se e desenvolvendo as redes de suporte a estas atividades.

A abordagem da inovação social foi reforçada pelas falhas e inconsistências do modelo de crescimento neoliberal, que se alargou a todo o mundo desde 1980 (KLEIN, 2013), e pelas novas abordagens sobre o processo inovativo, tendo em vista o estímulo ao desenvolvimento social (BIGNETTI, 2011). Como aspecto distintivo, o novo conceito abarca as “novas formas de fazer as coisas com o fim explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar outras respostas para situações sociais insatisfatórias e problemáticas” (RODRIGUES, 2006, p. 3). As análises se voltam às ações que objetivam satisfazer as necessidades humanas ainda não supridas. Como exemplo, citam-se as cooperativas da economia social de Quebec, Canadá, por envolverem a participação dos usuários na implantação de inovações baseadas nos princípios de ajuda mútua, autogestão e participação coletiva (RODRIGUES, 2006).

Apesar da diversidade de conceitos de inovação social, podem ser identificadas na literatura duas correntes teóricas principais. A primeira corrente explora os processos organizacionais e sociais que produzem a inovação, tais como, indivíduos, estruturas organizacionais, contextos ambientais e fatores sociais e econômicos. A segunda corrente explora a inovação social como resultado que se manifesta em novos produtos, recursos e métodos de produção, analisando suas fontes e consequências econômicas. Assim, as correntes teóricas sobre a inovação social dividem-se, principalmente, na sua análise como processo ou como resultado.

Além das duas correntes citadas, identificou-se uma diversidade de estudos que abordam a inovação social tanto na dimensão do processo como na do resultado. Além disso, destacam-se aqueles relacionados aos modelos de intervenção social (PARENTE et al., 2014). Nestes modelos de intervenção, são destacados a capacitação dos atores e o fortalecimento de indivíduos, sendo estes alvos de um processo de empoderamento.

Cabe destacar que inicialmente as noções de inovação social estavam associadas às ações da sociedade civil ou terceiro setor, porém posteriormente foram incorporadas iniciativas oriundas do setor público e, também, de empresas mercantis. Apesar das diferentes abordagens, de modo geral,

acredita-se atualmente que as inovações sociais podem ser geradas pelos três setores, principalmente quando colaboram entre si (EZPONDA; MALILLOS, 2011). “As inovações que começam num setor podem ser assumidas por outros, e com frequência as inovações mais excitantes ocorrem nas fronteiras entre setores” (MULGAN, 2010, p. 59).

Mulgan (2010) enfatiza o papel crítico da família na criação de movimentos sociais, como o slow food, e aqueles em prol dos direitos das pessoas com deficiência para a sustentabilidade da inovação social, para além dos papéis estratégicos do setor público (the State), por meio de políticas e de modelos de serviços, do setor privado (the Market), como nos exemplos das finanças éticas, da responsabilidade social das empresas e de novos negócios colaborativos, e, do terceiro setor (the grant economy).

Em decorrência, Mulgan (2010) afirma que raramente as inovações sociais são apenas top down ou bottom up. Nestes processos, é reforçada a necessidade de parceria entre as pequenas organizações, os grupos e os indivíduos, em razão da sua elevada criatividade, mobilidade e rapidez, e as grandes organizações, como o Governo, as empresas e as organizações sem fins lucrativos de grande porte, que, apesar de serem menos criativas, têm elevada capacidade para implementação, resiliência, sustentação e escala.

O desenvolvimento de inovações sociais segue diferentes trajetórias a depender dos recursos disponíveis e da interferência de fatores restritivos e/ou propulsores. Apesar disso, (BACON et al., 2008 apud OLIVIERA; BREDA-VÁZQUEZ (2012) afirmam que é possível identificar padrões que resultam em fases semelhantes do ciclo de vida das inovações sociais. Em consonância com os estes padrões, a inovação social geralmente inclui exigências de mudança, o surgimento aleatório de novas ideias como uma resposta às novas necessidades e eventual desenvolvimento, teste e integração. No Quadro 1 são apresentadas as diferentes fases descritas pelos autores citados.

**Quadro 1 - Fases do ciclo de vida da inovação social**

	<b>Fase</b>	<b>Descrição</b>	<b>Obstáculo</b>
<b>0</b>	<b>Latente</b>	Identificação de uma necessidade social. Lançamento de novas ideias.	
<b>1</b>	<b>Concepção e desenvolvimento</b>	Discussão e seleção de ideias	Abandono precipitado de ideias promissoras
<b>2</b>	<b>Mobilização</b>	Adaptação do contexto institucional para a inovação.	Falta de suporte, recursos ou liderança adequada
<b>3</b>	<b>Generalização</b>	Incorporação da inovação social para as práticas e rotinas do seu contexto organizacional.	Oposição movida por interesses estabelecidos.
<b>4</b>	<b>Disseminação</b>	Transferência da inovação para outros contextos institucionais	Enraizamento de práticas anteriores. Fragmentação institucional.

Fonte: Adaptado de Bacon et al. (2008 apud OLIVEIRA; BREDA-VÁZQUEZ, 2012, p. 525).

Como pode ser observado no Quadro 1, o ciclo de vida da inovação social pode ser dividido em cinco fases. Na fase 0, ou latente, identifica-se uma necessidade social, proporcionando um gatilho para a geração de novas ideias. A fase 1 contempla a elaboração de projeto e a descoberta de alternativas aos problemas encontrados. É particularmente turbulenta, com a discussão de novas ideias, que podem ser desenvolvidas ou abandonadas. Na fase 2 têm-se a mobilização, que implica a criação de estruturas ou o redirecionamento das já existentes, com o objetivo de colocar a nova ideia em prática e pilotá-la. Este processo pode não ter continuidade, por uma variedade de razões, tais como, a falta de apoio, de recursos ou de liderança adequada ou, simplesmente, porque não funciona na prática. Porém, quando funciona, alcança uma escala maior e torna-se parte da rotina principal em sua configuração institucional. A fase 3, de generalização, geralmente, é caracterizada por forte resistência dos interesses estabelecidos. A fase 4, de disseminação, dá origem a processos de difusão intersetoriais e interterritoriais, por meio da inspiração ou replicação.

## Procedimentos Metodológicos

Com objetivo de analisar como a educação e a formação cooperativista subsidiou o desenvolvimento de inovações sociais na COOPDEF, esse estudo de caso, de natureza qualitativa, utilizou-se de pesquisa documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas com informantes chave. A seleção dos entrevistados seguiu os critérios disponibilidade e relevância para a organização e para o estudo (seleção por conveniência, da perspectiva de Merriam (1998)).

Foi elaborado roteiro para as entrevistas semiestruturadas realizadas com dirigentes, cooperados, assessora e beneficiados pelos projetos da Cooperativa. Apesar de as perguntas terem sido predefinidas, à medida que as entrevistas foram realizadas, o roteiro foi aperfeiçoado em função da necessidade de obter outros tipos de dados (GODOY, 2006). As entrevistas foram realizadas individualmente. No entanto, o foco da investigação e as unidades de análise estavam centrados no funcionamento coletivo da cooperativa (PARENTE; QUINTÃO, 2014).

A COOPDEF foi estudada em profundidade no período de 14 a 16 de janeiro de 2016. No dia 14 de janeiro de 2016 foram observadas as instalações da sede da Cooperativa e realizadas entrevistas com a presidente, duas representantes da diretoria, dois representantes do Conselho Fiscal, dois associados, um técnico contratado para um de seus projetos e uma assessora. No dia seguinte, um dos pesquisadores, acompanhado da Entrevistada B, visitou dois setores da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora onde estão alocados alguns dos cooperados, com o objetivo de observá-los durante o desenvolvimento do trabalho. Após o retorno dos setores, a diretoria disponibilizou o estatuto e a ata de fundação da Cooperativa em arquivos digitais. Na manhã do dia subsequente, foi feita a visita a uma comunidade de Juiz de Fora beneficiada por um projeto desenvolvido pela Cooperativa, onde foram entrevistados mais dois sujeitos apicultores. O site da rede social da instituição também foi consultado e analisado.

Além dos dois apicultores, foram entrevistados 10 sujeitos, cujos perfis seguem descritos no Quadro 2.

**Quadro 2 - Perfil dos Entrevistados da COOPDEF**

Entrevistados	Função	Idade	Tempo na função	Tempo na organização	Escolaridade
Entrevistada A	Presidente	50 anos	4 anos	17 anos	Segundo Grau
Entrevistada B	Membro da Diretoria	36 anos	3 anos	15 anos	Segundo Grau
Entrevistada C	Suplente da Diretoria	Não informada	3 anos	17 anos	Técnica em Enfermagem, Meio Ambiente e Gestão da Saúde.
Entrevistada D	Membro do Conselho Fiscal	36 anos	1 ano	2 anos	Segundo Grau
Entrevistado E	Membro do Conselho Fiscal	28 anos	2 anos	9 anos	Segundo Grau
Entrevistada F	Associada	57 anos	2 anos	2 anos	Segundo Grau
Entrevistada G	Associada Inativa	49 anos	5 anos	17 anos	Segundo Grau
Entrevistada H	Assessora	37 anos	3 anos	13 anos (conhece)	Mestrado em Serviço Social; graduada em Administração de Cooperativas
Entrevistado I	Técnico do projeto para apicultura	69 anos	1 ano	1 ano	Bacharel em Jornalismo; e técnico em Química Industrial

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados da pesquisa.

De posse dos dados, na etapa de análise qualitativa, foram recuperados os diálogos gravados e foi feita sua transcrição, enfatizando alguns momentos especiais registrados na memória ou anotados para o momento da análise final. Posteriormente, os significados nucleares das respostas foram colocados em uma matriz de dupla entrada – em uma coluna as falas dos entrevistados, aproximadas por características de estratificação; em outra, as categorias de análise, dando corpo ao que se designa como análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Por fim, foi realizada a análise do conjunto, visualizando os fatos de evidência relativos a cada entrevistado, no conjunto das suas respostas, e refletindo sobre todo o conjunto das entrevistas (MATTOS, 2006). Ademais, as reflexões foram enriquecidas pela análise dos documentos obtidos, de um inquérito complementar, das anotações do caderno de campo e das fotografias tiradas dos espaços físicos da Cooperativa e de seus integrantes em reuniões de trabalho. Posteriormente à sistematização dos dados, estes foram analisados à luz do referencial teórico, possibilitando o desenvolvimento de conclusões sobre a investigação. Desse modo, o estudo pode ser considerado como de natureza descritiva e interpretativa.

## **Caracterização da COOPDEF**

A COOPDEF iniciou suas atividades em 1997, quando um grupo de pessoas com deficiência passou a prestar serviços como auxiliares de biblioteca para a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na condição de estagiários. Neste período, o Grupo teve contato com integrantes da INTERCOOP, que o estimulou a se estruturar na forma de cooperativa, visando à continuidade da prestação de serviços para a Universidade após o fim do contrato que firmaram.

À época, o mercado de trabalho para as pessoas com deficiência era ainda mais restrito em Juiz de Fora, por não existir legislação que estipulasse a reserva de um percentual de postos de trabalho para este grupo. Tal legislação – por meio do Decreto 3.298/99, que garante o direito ao trabalho do portador de deficiência – estava em início de implementação e a prática da contratação de deficientes pelas empresas ainda era incipiente.

Com o início do processo de incubação, a INTERCOOP se responsabilizou pela capacitação dos futuros associados e prestou a assessoria necessária para que o Grupo se formalizasse como cooperativa em maio de 1999. O processo de incubação se estendeu por cinco anos. Neste período, a COOPDEF continuou a prestar serviço à UFJF e também firmou contrato com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, onde os cooperados passaram a trabalhar como auxiliares administrativos.

Por mais que contasse com o apoio da INTERCOOP, desde o início, a Cooperativa contava com recursos financeiros próprios. Os custos iniciais do empreendimento foram rateados entre os cooperados e a sua sobrevivência foi garantida pelo forte comprometimento dos sócios-fundadores e pelo apoio de alguns parceiros, que cederam o espaço para o funcionamento de sua sede administrativa.

Paulatinamente, a Cooperativa foi se estruturando e conseguiu alugar uma sala para a sede administrativa. Atualmente, tem contrato de prestação de serviço apenas com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, atendendo em seus diferentes setores. Além da inserção dos deficientes no mercado de trabalho, a COOPDEF desenvolve atividades voltadas para a defesa dos deficientes, possui cadeiras em diferentes conselhos nos âmbitos municipal, estadual e federal e atua como protagonista do movimento da economia popular e solidária. Dentre os projetos que desenvolve para o fortalecimento da economia popular e solidária, destacam-se a organização de uma feira popular anual no centro de Juiz de Fora e o projeto de capacitação e assessoramento de um grupo de apicultores locais, financiado pela Petrobras.

Na visão da Entrevistada A, atual presidente, a criação da Cooperativa, além de ter possibilitado a inserção do deficiente no mercado de trabalho, tornou-se um diferencial para a cidade de Juiz de Fora, já que não existiam cooperativas com a mesma natureza na cidade nem na região. Existiam outras cooperativas de trabalhadores, como de garçons, de costureiras, de produção e de técnicos de enfermagem, mas não de pessoas com deficiência.

Inicialmente, a Cooperativa tinha como associados apenas os deficientes, mas com o aumento da demanda por serviços de pessoas qualificadas e as alterações realizadas em seu estatuto social, alguns parentes dos deficientes também passaram a ser incluídos como cooperados. Desde então, a instituição passou a possibilitar trabalho a deficientes e familiares.

Como seus cooperados trabalham em diferentes setores da Prefeitura Municipal, a COOPDEF conta com uma estrutura física modesta: duas salas alugadas em um prédio comercial situado no centro de Juiz de Fora, uma destinada às atividades administrativas e outra à gestão do projeto da apicultura. Ambas servem como base de apoio aos cooperados.

Como órgão máximo de deliberação, a COOPDEF tem a Assembleia Geral, formada por seus 60 cooperados, que são representados na gestão do empreendimento pelo Conselho Administrativo, formado por três membros escolhidos pela Assembleia Geral - o presidente, o secretário e o tesoureiro, todos eleitos por um mandato de quatro anos. Além do Conselho Administrativo, a Cooperativa conta com um Conselho Fiscal, formado por três membros efetivos e três suplentes, eleitos para mandatos de dois anos.

Quanto às parcerias, todos os entrevistados destacaram a realizada com a Prefeitura Municipal. Além do contrato de prestação de serviços, esta oferece vagas aos cooperados nos cursos que oferece a seus recursos humanos. Também foi citada a parceria com a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA) - responsável pela política cultural da cidade de Juiz de Fora-, no âmbito da formação em economia solidária, com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV), que presta assessoria em cooperativismo quando solicitada, e com a Petrobras, financiadora do projeto desenvolvido junto aos apicultores da região (entrevistados B, C e G).

Os entrevistados A e H também destacaram o envolvimento da COOPDEF em redes da economia solidária, principalmente, na figura da diretora-presidente, considerada extremamente engajada neste movimento. A Cooperativa participa de fóruns da economia solidária nos âmbitos nacional e regional e ocupa uma cadeira no Conselho Estadual de Economia Solidária. Em 2016, a presidente da COOPDEF também figurava como presidente desse Conselho.

## **A COOPDEF enquanto experiência socialmente inovadora**

Quando foram esclarecidos sobre o conceito de inovação social adotado na pesquisa, os entrevistados consideraram as práticas destacadas por Phills Jr. et al. (2008) e Moulart et al. (2013) como comuns na COOPDEF. Neste sentido, consideraram a própria organização como socialmente inovadora, por ser gerida democraticamente tendo por objetivo incluir deficientes e gerar renda por meio da cooperação e da solidariedade, e por defender os direitos de uma diversidade de públicos para além dos de seus cooperados.

[...] eu acho que ela é inovadora porque ela não vem com aquele conceito de empresa. Ela vem com o conceito de participação. E quando você tem a participação, a partilha, acho que totalmente diferente daquilo que a gente estava acostumado. (Entrevistada A).

Como não havia organização com os mesmos objetivos em Juiz de fora, a constituição da Cooperativa possibilitou a inclusão do deficiente no mercado de trabalho, refletindo em alterações significativas na vida de um grupo que, além de vulnerável, era formado majoritariamente por mulheres que se restringiam a realizar tarefas domésticas. Além da redução da ociosidade e da geração de renda, a Cooperativa possibilitou alterações da percepção da população local sobre as potencialidades dos deficientes, como ilustram os relatos a seguir:

Mas eu acho que o fato de ela trazer a inclusão social das pessoas, que são os deficientes para o trabalho, eu acho que é uma inovação, que antes não tinha isto aqui. (...) Ela conseguiu inserir estas pessoas que não tinham condições. Ela conseguiu inserir estas pessoas no ambiente de trabalho. Nos locais que elas não conseguiriam, igual a Prefeitura, igual a Universidade (Entrevistada D).

Já foi uma inovação inserir o deficiente no mercado de trabalho também, numa determinada área, e quase que exclusivamente feminina. Não só feminina, mas também quase que matriarcal. Você pode ver que a maior parte nossa é composta de mulheres. E, independente de ser mãe ou avô, continuam produzindo, continuam sustentando a família, netos (Entrevistada C).

Como o trabalho pode abrir portas para a conquista de inúmeros direitos sociais, a atuação da Cooperativa também trouxe resultados intangíveis para seus associados. Dentre eles, os entrevistados destacaram a melhor visibilidade e a elevação da autoestima. Por meio da Cooperativa, os deficientes passaram a demonstrar que, apesar de suas limitações, eram capazes de realizar atividades laborais. Tal visibilidade contribuiu para minimizar preconceitos, estimulando outras organizações a também inserirem deficientes em seus quadros.

Com efeito, os deficientes passaram a demonstrar que poderiam atuar em determinadas áreas com competências iguais ou superiores aos demais trabalhadores. Na visão de todos os entrevistados, a Cooperativa estimulou a mudança de percepção sobre a produtividade dos deficientes, acostumados a serem estigmatizados como improdutivos. Além disso, serviu de inspiração para outros deficientes, que passaram a lutar por espaço no mercado de trabalho.

Ademais, a visibilidade e o espaço conquistados refletiram na melhoria da autoestima dos deficientes, ao se tornarem responsáveis pelo próprio sustento, com menor dependência financeira da família e maior autonomia para a ação.

[...] o deficiente percebeu que ele existia, que ele não era um apêndice da família, que ele podia trabalhar, ser dono do seu próprio nariz e decidir o que quer da vida. Antes, ele era muito subordinado: "Oh! O coitadinho! Deixem ele quietinho!". Não. Ele tem que trabalhar, ele tem que viver, ele tem que namorar, casar, ter filhos, viajar. Pessoas normais, plenamente normais. Eu acho que foi a visibilidade nossa (Entrevistada C).

Porque muitas pessoas, às vezes, chegam aqui porque não conseguiram trabalho em outros locais. Às vezes, deficiente auditivo que, às vezes, não escuta direito, mas ela é capaz de fazer outro trabalho normal. Então, elas chegam aqui meio que desanimadas, e nós conseguimos colocá-las em um setor que desenvolvem bem e trabalham bem. E até a autoestima dela melhora, que, às vezes, as pessoas ficam desanimadas, que não tem serviço para elas, que estão largadas... (Entrevistada D).

Uma das razões para a expressividade obtida pela COOPDEF é o fato de ela não se fechar em si mesma, defendendo apenas os interesses de seus cooperados. Além das atividades voltadas à defesa dos interesses dos cooperados, foram implementadas ações de apoio a outros grupos, como apicultores, costureiras e artesãos. Por exemplo, o projeto desenvolvido com os apicultores possibilita a divulgação da apicultura, a geração de trabalho e renda e o fornecimento de produtos de qualidade e com menor agressão ao meio ambiente.

Esse envolvimento de apoio a outros grupos é resultado do engajamento da Cooperativa na economia solidária, com destaque para o envolvimento da atual presidente. A participação em fóruns e a organização de uma feira anual nas proximidades da Cooperativa são as ações mais tangíveis neste aspecto. Com esse envolvimento, ao mesmo tempo em que se fortalece, a COOPDEF contribui para o crescimento de organizações congêneres, disseminando os valores da solidariedade e da gestão democrática na região.

Em termos absolutos, o número de pessoas impactadas com as ações desenvolvidas pela COOPDEF foi considerado pelos entrevistados como de grande escala. Porém, em termos relativos, quando comparado ao quantitativo de pessoas com deficiência em Juiz de Fora e região, a escala foi considerada pequena. Diretamente, a Cooperativa possibilita trabalho a sessenta associados, impactando indiretamente cerca de trezentas pessoas, quando considerado o impacto em toda a família. Além disso, com a elevada rotatividade, muitas foram as pessoas que atuaram pela

Cooperativa e com os contatos obtidos ficaram empregadas diretamente na Prefeitura ou em outras organizações.

Com a experiência adquirida, os cooperados também foram considerados fundamentais no atendimento ao público da Prefeitura Municipal, principalmente no agendamento de exames laboratoriais e na marcação de consultas, como assistentes em setores da Secretaria de Saúde, do Departamento de Criança e Adolescente, do Departamento de Defesa Civil, da Secretaria de Transportes e em serviços administrativos na sede.

As ações desenvolvidas com os apicultores beneficiaram cinquenta famílias. Com o financiamento da Petrobras, foi contratado um técnico responsável pela assessoria e capacitação sobre a apicultura. Das cinquenta famílias que fizeram o curso, vinte foram beneficiadas com o material necessário para iniciar as atividades, como, apostilas, macacões, luvas e caixas para os enxames.

Observou-se que a criação de uma organização voltada para a defesa dos interesses dos deficientes e da economia solidária como um todo extrapolou a dimensão geração de trabalho e renda, alcançando outras, como, política, cidadania, educação, meio ambiente e inserção social. Explica a Entrevistada H:

Se ela não tivesse essa inserção nas diversas áreas, ela não teria conseguido se manter. Em termos de escala, ela é mínima, ela não representa nada, mas em termos do que ela significa é muito. Tanto que a Prefeitura poderia ter simplesmente rescindido este contrato há muito tempo, e ela não faz isso, e as gestões se renovam, mas ela está sempre renovando os contratos. E acho que nunca, pelo menos nestes meses que eu acompanho, acho que nunca teve por parte da Prefeitura nenhum indicativo de que fosse vencer realmente o contrato. Até mesmo por isso, como ela tem, ela impacta em outras dimensões, acho que ficaria bastante ruim para a Prefeitura.

Como desde a constituição da Cooperativa os cooperados passaram a se envolver em diversas atividades de capacitação, além da aprendizagem na prática do trabalho, a qualificação foi a segunda dimensão enfatizada pelos entrevistados (entrevistados E e H).

Por possibilitar o empoderamento e por ocupar espaços de discussões e deliberações, como no caso de fóruns e conselhos, a COOPDEF permite o engajamento político e a defesa dos direitos de seus cooperados e demais beneficiários. Assim, por associar diferentes conquistas, como o aumento da renda, o empoderamento e a garantia de direitos anteriormente não acessados, tornou-se exemplo de organização cuja contribuição foi além do desenvolvimento econômico, chegando a um desenvolvimento social.

Apesar de afirmarem que desconhecem a replicação das práticas desenvolvidas pela COOPDEF, os entrevistados consideraram que a Cooperativa serviu de referência para outras organizações da região e, até mesmo, de outros estados. Além das dissertações e teses realizadas sobre a experiência da instituição, o envolvimento da atual presidente com a economia solidária fez com que a experiência fosse divulgada a outros representantes de movimentos sociais, prefeituras, organizações congêneres ou representativas dos deficientes, como as APAES. Além disso, muitas pessoas foram conhecer a Cooperativa e/ou esclarecer algumas dúvidas sobre o seu funcionamento, como destacado nos relatos seguintes.

Ao ponto que em 2013 nós ganhamos a Comenda Henrique Alves, a maior comenda da cidade, por benefícios prestados à população e à cidade de Juiz de Fora (Entrevistada C).

Muitas pessoas vêm aqui para início de informação. Então, a maioria das cooperativas ou associações, quando tem interesse em formar uma [organização similar], elas [lideranças] normalmente nos procuram, sim. Igual teve uma que a gente estava conversando com um rapaz que ele estava querendo montar uma associação para transplantados. A gente teve uma conversa com o pessoal do CAPS [Centro de Atenção Psicossocial] e eles montaram uma associação dentro do CAPS. E aí foi até a

[Entrevistada H], que foi lá dar uma palestra sobre o que era economia solidária e tal. Já teve pessoas de outras cidades que vieram perguntar como funciona, como que era o nosso estatuto. Então, acaba que eu sei que eles montaram uma associação. As outras eu não sei, mas a gente sempre repassa a informação (Entrevistado E).

## Relevância da Educação e Formação Cooperativista no âmbito da COOPDEF

Por meio do apoio da INTERCOOP, o processo de educação e formação dos cooperados (SCHNEIDER, 2012; FERREIRA; SOUZA, 2018) da COOPDEF veio antes da sua estruturação, formalização e início das atividades.

Inicialmente, os membros do grupo não tinham a mínima noção sobre o movimento cooperativista (SCHNEIDER, 2012), seus princípios e sobre a forma de estruturação e de gestão de uma cooperativa. A grande maioria, formada por mulheres, se dedicava a realizar trabalhos domésticos e nunca havia realizado trabalho fora do espaço familiar.

Quando comecei, eu entrei para a cooperativa, em si, eu não tinha muito conhecimento de como funcionava. Qual que é a diferença de uma cooperativa para uma empresa. Que muitos víamos a cooperativa como empresa, né. (...). Então, eu tinha a mesma concepção de que era baseada em uma empresa. (Entrevistada B).

Como é recomendado para a etapa pré-cooperativista (ALBUQUERQUE, 2003; FERREIRA; SOUZA, 2018), inicialmente foram ofertados pela INTERCOOP uma diversidade de cursos sobre temáticas relacionadas ao cooperativismo e sobre noções básicas de gestão para todos os 29 sócios-fundadores. Nos dias úteis da semana, a capacitação era realizada das 18:00 até as 20:30 horas. Nos finais de semana, havia curso o dia todo. Esta etapa inicial durou 4 meses e, neste interim, aproveitou-se para que os cooperados aplicassem os conhecimentos teóricos aprendidos na elaboração do Estatuto Social, dos regimentos interno e da diretoria e dos demais documentos obrigatórios da cooperativa.

Após o início das atividades, além da INTERCOOP, a COOPDEF passou a contar com o apoio de outras instituições assessoras, com destaque para a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e para a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa, que além de novos cursos sobre cooperativismo, passou a assessorar a realização das assembleias gerais.

O assessoramento recebido da INTERCOOP e demais parceiros foi basilar para a sustentabilidade da COOPDEF. A incubação permitiu que o grupo desenvolvesse competências básicas para o desenvolvimento do trabalho junto a UFJF e a Prefeitura Municipal e para o entendimento do funcionamento e da gestão de uma cooperativa. Em decorrência, os relatos apontam que as práticas voltadas para a educação e formação cooperativista dos cooperados foram cruciais para que a COOPDEF se tornasse socialmente inovadora.

Além dos cursos realizados na Cooperativa e na Prefeitura, muitos cooperados fizeram cursos técnico e/ou superior por conta própria. Como efeito, foi destacada a ampliação dos conhecimentos sobre gestão e do autoconhecimento, resultando em elevação da autoestima e das habilidades políticas e para relacionamento interpessoal.

O interesse do associado pela instituição e pelo próprio trabalho que desenvolve foi considerado como o principal facilitador de sua aprendizagem. Esta é a percepção da Entrevistada F ao afirmar que a curiosidade e a vontade de aprender é que possibilitaram o próprio desenvolvimento.

Na visão dos entrevistados, o desenvolvimento das práticas consideradas socialmente inovadoras só foi possível com o desenvolvimento das competências das pessoas que estavam diretamente com elas envolvidas. Neste sentido, a Entrevistada C afirmou que foi necessário um

processo de desenvolvimento adequado para que as pessoas se qualificassem e se tornassem conscientes de suas capacidades (IONESCU, 2015).

Observa-se que o processo de educação e formação mais intenso na etapa pré-cooperativa impactou fortemente a postura e o engajamento dos associados envolvidos. Tal quadro fez com que houvesse maior coesão dentro Grupo no período inicial do empreendimento. Os relatos também destacam que os cooperados que se envolveram desde a fundação permanecem como os mais engajados. No entanto, os novatos, que não passaram por todo o processo de formação e educação cooperativista, possuem limitações para o entendimento e identificação com os valores e princípios da Cooperativa.

Então, este grupo de pessoas [novatos] não tem muito a ideia de cooperativa. Por mais que você batalhe, você dá o regimento, você dá o estatuto. Você faz uma palestra para eles, eles ainda estão presos em: - Ah, nós somos funcionários. Ah, a cooperativa é uma firma. Eu não sou dono. (Entrevistada D).

O Quadro 3 apresenta uma síntese da relevância da educação e formação cooperativista para o desenvolvimento de inovações sociais na COOPDEF, com base nas fases apresentadas por Oliveira e Breda-Vázquez (2012).

**Quadro 3 - Reflexões sobre a educação e formação cooperativista e o processo de desenvolvimento de inovações sociais na COOPDEF**

Fase	Desenvolvimento de inovações sociais na COOPDEF	Contribuição da educação e formação cooperativista
Latente	As necessidades do grupo foram evidenciadas com a articulação do movimento de deficientes de Juiz de Fora e com a articulação com a INTERCOOP. As ideias foram debatidas em reuniões periódicas e durante a elaboração de planejamento das atividades, com o envolvimento de todos os cooperados.	- O surgimento de ideias foi fortemente influenciado pela atuação de organizações assessoras. Por mais que as necessidades sociais atendidas fossem inerentes à condição de deficiente, elas foram evidenciadas com as articulações citadas. - O contato com organizações parceiras facilitou a partilha de experiências e de expectativas entre os envolvidos.
Concepção e desenvolvimento	A Por exercer forte liderança na Cooperativa, a atual presidente contou com a aprovação de suas propostas, obtendo legitimidade e colaboração dos demais diretores e cooperados para que fossem implementadas.	- A proposição da Cooperativa foi fortemente influenciada por atores externos, que, além de facilitar o debate sobre as propostas, deu o suporte necessário para que fossem executadas. - Apesar do assessoramento, como o processo de construção da cooperativa foi participativo e democrático, foi criado desde o início um espaço favorável à aprendizagem social dos envolvidos.
Mobilização	Observou-se uma luta constante para que a Cooperativa mantivesse seu espaço de atuação perante seus contratantes. Foi destacado o bom desempenho da liderança na direção e articulação política para acesso aos recursos necessários.	- Para que houvesse adaptação do contexto institucional para a inovação, primeiramente, tornaram-se necessárias a informação e a formação dos cooperados. - Com efeito, foram desenvolvidos vários cursos de capacitação, reuniões e debates, que refletiram no desenvolvimento de grande parte dos cooperados. No entanto, o nível de engajamento dos sujeitos teve forte impacto neste desenvolvimento.
Generalização	O engajamento dos cooperados foi apontado como principal gargalo ao bom desenvolvimento da Cooperativa.	- As práticas socialmente inovadoras se institucionalizaram a partir do momento em que os cooperados desenvolveram as competências necessárias para a gestão do empreendimento de modo não tutorado. - Desse modo, a gestão do empreendimento e a formação e educação cooperativista tornaram-se práticas paralelas e complementares.
Disseminação	Disseminação das práticas da COOPDEF por meio do recebimento de visitas e das solicitações de informações sobre o empreendimento, e, com a participação em redes, fóruns e congressos.	- A ressonância envolveu interações em diferentes contextos e articulação em rede, o que alimentou e deu novo ânimo ao desenvolvimento de novas propostas ou ao aperfeiçoamento das praticadas.
Inovações sociais relacionadas	A própria organização foi considerada uma inovação social, por ser gerida democraticamente pelos deficientes, por desenvolver estratégias de inclusão de pessoas com deficiência, por gerar trabalho e renda por meio da cooperação e solidariedade, por promover ações em defesa dos direitos de uma diversidade de públicos e por articular redes de colaboração.	

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados da pesquisa.

Observa-se no caso estudado que o surgimento de ideias (OLIVEIRA; BREDA-VÁZQUEZ, 2012) foi fortemente influenciado pela atuação de organizações assessoras, que subsidiaram a partilha de experiências e de expectativas entre os envolvidos, facilitando o debate sobre as propostas e dando o suporte necessário para que fossem executadas. Como efeito, principalmente nas etapas iniciais do empreendimento, observou-se a criação de um espaço favorável à aprendizagem social dos envolvidos.

## Considerações Finais

Com o objetivo de analisar como a educação e a formação cooperativista subsidiou o desenvolvimento de inovações sociais na COOPDEF, foi identificado no estudo que, por meio de organizações parceiras, foram desenvolvidos vários cursos de capacitação, reuniões e debates, que refletiram na capacitação de grande parte dos cooperados. Assim, as práticas socialmente inovadoras se institucionalizaram a partir do momento em que os cooperados desenvolveram as competências necessárias para a gestão do empreendimento de modo não tutorado. Desse modo, a gestão do empreendimento e a formação e educação cooperativista tornaram-se práticas paralelas e complementares.

Outro aspecto que facilitou o processo de educação cooperativista foi a participação em redes de organizações congêneres. Ao fazerem parte de uma rede de organizações que comungam princípios e enfrentam dificuldades semelhantes, os cooperados foram estimulados a insistir na proposta. A participação em redes da economia solidária também deu visibilidade à Cooperativa e acesso a contatos que abriram portas a diferentes recursos e informações.

Por mais que todos os cooperados tenham passado por capacitação, observou-se que os novatos não possuem o mesmo engajamento que os sócios-fundadores. No entanto, este problema não pode ser resolvido apenas com a oferta de novos cursos, pois nem todos estão dispostos a participar. Este quadro explicita o quão importante é etapa pré-cooperativista para a sustentabilidade de uma cooperativa, pois segundo os entrevistados, são os cooperados que participaram daquela etapa as principais âncoras que sustentam a organização.

Como o empreendimento ainda conta com apoio de organizações parceiras e os entrevistados relataram demandar qualificação para a gestão, observa-se que ainda não foi atingida a etapa de pós-incubação. A pós-incubação é um assunto, ainda hoje, pouco discutido no país. A maioria dos trabalhos apresenta resultados do processo de incubação enquanto ele está em curso e ainda não há essa dimensão de análise para ser estudada.

Deste modo, como sugestão para futuros trabalhos pode-se analisar o processo de pós-incubação de cooperativas de deficientes (ou mesmo de outros públicos) no sentido de entender se o processo de incubação despertou um perfil mais emancipatório para os cooperados ou se apenas operacionalizou um contrato da cooperativa. Outro caminho profícuo é comparar metodologias de incubação de incubadoras diferentes que trabalharam com públicos similares na perspectiva da pós-incubação.

## Referências

- ALBUQUERQUE, P. P. Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir cooperativo. In: SCHNEIDER, J. O. Educação cooperativa e suas práticas. Brasília, DF: UNISINOS, 2003. p.109-34.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa - Portugal: Edições 70, Ltda. 1977.
- BAUMGARTEN, Maíra. Ciência, tecnologia e desenvolvimento – redes e inovação social. Parcerias Estratégicas, n. 26, pp. 101 - 123, 2008.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações Sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- BUENO, S. Silveira. Minidicionário da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007

BÚRIGO, F. L. *Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CANÇADO, Airton Cardoso. *Autogestão em cooperativas Populares: os desafios da prática*. Salvador: IES, 2007.

CANÇADO; GHIZONI, Liliam Deisy. *ITCP/NESol/UFT ontem, hoje e amanhã: um balanço dos primeiros cinco anos*. *NAU – A Revista da Residência Social*, v.4, n.6, p.19-33, Mai/Out, 2013.

CANÇADO; GONTIJO, M. C. H. *Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influencia na legislação brasileira*. In: *Encontro de Investigadores Latino-Americano de Cooperativismo 3*, São Leopoldo, 2004. *Anais...* 2004.

CANÇADO; VIEIRA, Naldeir S. *Para a Apreensão de um Conceito de Cooperativa Popular: entendendo e discutindo as diferenças entre cooperativas tradicionais e populares*. *Bahia Analise & Dados*, v. 23, p. 23-40, 2013.

CARVALHO, Jacqueline Elisa Furtado Barreto de; CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto. *Gestão e Racionalidade: Análise da Metodologia de Incubação de Cooperativas Populares da ITCP/NESol/UFT*. *REDES*, Santa Cruz do Sul, 2011, v.16, n.3, p.5-27.

DEFOURNY, Jacques. *Economia Social*. In: CATTANI, Antonio D. et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Gráfica de Coimbra Ltda: Coimbra, 2009.

DIOGO, Vera. *Dinâmicas de Inovação Social e suas Implicações no Desenvolvimento Espacial: três iniciativas do terceiro sector no norte de Portugal*. *Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território*. 2010.

DOWBOR, Ladislau. *Inovação Social e Sustentabilidade*. In: FARFUS, Daniele et al. *Inovação Social*. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, v. 2., 2007.

EZPONDA; Javier E.; MALILLOS; Lucía M. *Cambio de Paradigma em los Estudios de Innovación: El giro social de las políticas europeas de innovación*. *ARBOR- Ciencia, Pensamiento y Cultura*. v.187, n. 752, 2011, p. 1031-1043.

FARIA, M. S. de. *Autogestão, cooperativa e economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: Em Debate, 2011

FERREIRA, P. R.; SOUSA, D. N. de. *O campo da educação cooperativista e sua relação com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)*. *Interações*, v. 19, n. 4, p. 773-787, dez. 2018.

FERREIRA, P. R.; SOUSA, D. N. de. *Educação cooperativista: Aprofundando o conceito: Cooperativismo & Desarrollo*, v. 27, n. 115, 14 nov. 2019.

FRAZÃO, Nuno; CARVALHO; Isabel L.; CARLOS; Filipa. *Social Innovation in Cidadania Ativa Programme Projects*. Calouste Gulbenkian Foundation. Lisboa. 2015.

GODOY, Arilda S. *Estudo de caso qualitativo*. In: GODOI, C. K., BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.

HENDGES, M.; SCHNEIDER, J. O. *Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação*. *Economia Solidária e Ação Cooperativa (Esac)*, Unisinos, v. 1, n. 1, p. 33-48, jul./dez. 2006.

IONESCU, C. *About the conceptualization of social innovation*. *Theoretical and Applied Economics*, v. 22, n. 3, p. 53-62, 2015.

KLEIN; Juan-Luis. *Introduction: social innovation at the crossroads between science, economy and society*. In: MOULAERT, Frank; MACCALLUM; Diana; MEHMOOD, Abid; HAMDOUCH; Abdelillah. *The International Handbook on Social Innovation*. Cheltenham – UK: Edward Elgar, 2013.

KLEIN; Juan-Luis; FONTAN, Jean-Marc; HARRISSON, Denis; LEVESQUE; Benoît. *The Quebec System of Social Innovation: a focused analysis on the local development field*. *Finisterra*, n. 47, v. 94, 2012, pp. 9-28.

- MATTOS, Pedro Lincoln. Análise de entrevistas não estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem. In: GODOI, C. K., BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MEHMOOD, A.; PARRA, C. Social innovation in an unsustainable world. In: MOULAERT, Frank; MACCALLUM, Diana; MEHMOOD, Abid; HAMDOUCH, Abdelillah. The International Handbook on Social Innovation. Cheltenham – UK: Edward Elgar, 2013.
- MERRIAM, S. Designing the study and selecting a sample. In: \_\_\_\_ Qualitative research and case study applications in education. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MOULAERT, Frank; MACCALLUM, Diana; HILLIER, Jean. Social Innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. In: MOULAERT, Frank; MACCALLUM, Diana; MEHMOOD, Abid; HAMDOUCH, Abdelillah. The International Handbook on Social Innovation. Cheltenham – UK: Edward Elgar, 2013.
- MOURA, E. P. G. de. O que estamos fazendo enquanto incubamos? In: SHOLS; R. H. (org.) Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- MULGAN; Geoff. Inovação social. In: AZEVEDO, Carlos; FRANCO; Raquel C.; MENEZES, João W. Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos: o desafio da inovação social. Porto: Uniarte Gráfica S. A. 2010. pp. 51-74.
- NAMORADO, R. Cooperativismo. In: CATTANI, Antonio D. et al. Dicionário Internacional da Outra Economia. Gráfica de Coimbra Ltda: Coimbra, 2009, pp.96-102.
- NUNES, D. Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2006.
- OCB. Ramos do Cooperativismo. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/ramos>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- OCEPAR. Cooperativismo – os clássicos. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/interpretacoes-da-legislacao-cooperativista/107452-cooperativismo-os-classicos>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- OLIVEIRA, Carlos; BREDÁ-VÁZQUEZ, Isabel. Creativity and Social Innovation: What Can Urban Policies Learn from Sectoral Experiences? International Journal of Urban and Regional Research, v. 36, n.3, 2012, p. 522–38.
- PARENTE, Cristina; MARCOS, Vanessa; DIOGO, Vera. Sobre inovação e empreendedorismo social. In: PARENTE, Cristina. Empreendedorismo Social em Portugal. Porto: Universidade do Porto. 2014.
- PARENTE; QUINTÃO, Carlota. Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social. In: PARENTE, Cristina. Empreendedorismo Social em Portugal. Porto: Universidade do Porto. 2014. Cap. 1.
- PHILLS Jr, James A.; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering Social Innovation, Stanford Social Innovation Review. 2008.
- PINHO, P. B. A educação cooperativa nos anos 2000 valorizando a cidadania brasileira In: Schneider, J. O. Educação cooperativa e suas práticas. Brasília: Unisinos. 2003.
- RODRIGUES, Andrea L. Modelos de Gestão e Inovação Social em Organizações Sem Fins Lucrativos: Divergências e Convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30, 2006, Salvador. Anais..., Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD ROM.
- SCHNEIDER, Jose Odelso. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos campos atuais. Cadernos Gestão Social, v. 3, n. 2, p. 251-273, 2012.
- SILVA, Anderson Roberto Pires e; BARBOSA, Maria José de Souza; ALBUQUERQUE, Francivaldo dos Santos. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 1189-1211, Oct. 2013. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-)

76122013000500006&lng=en&nrm=iso. access on 14 Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000500006>.

SILVEIRA, J. F. F. A comunicação no processo de legitimação do Sistema de Crédito Cooperativo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2013.

SOUSA, D. N. DE et al. A comunicação na articulação agroindustrial entre uma cooperativa central, suas cooperativas singulares e cooperados. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 3, p. 495-514, set. 2014.